

FIM DA GUERRA (por enquanto) EM NAGORNO KARABAKH

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de novembro de 2020

Armênia e Azerbaijão assinaram, no último dia 10 de novembro, um acordo para cessar as ações militares e pôr fim a este capítulo do conflito que envolve os dois países já há duas décadas.

Com a intermediação do presidente russo Vladimir Putin, o Primeiro-Ministro da Armênia, Nikol Pashinyan, e o Presidente do Azerbaijão, Ilham Aliyev, concordaram em congelar a situação tal como ela se encontrava no dia 10 de novembro; ou seja, os avanços de tropas cessariam e a posse das regiões de Nagorno-Karabakh passariam a ser das tropas que controlassem o território naquela data.

Além disso, ficou acordado que os armênios deverão se retirar de sete províncias em território azerbaijano, as quais estavam controladas pelos armênios desde a guerra de 1991-94, e que tropas russas – em torno de dois mil homens – seriam desdobradas na região para separar os lados em conflito e garantir os termos do acordo.

O mapa abaixo facilita o entendimento do tratado.



Mapa adaptado pelo autor com base no existente em <https://www.dhakatribune.com/>

Em verde, no mapa, pode-se observar a área retomada pelas forças do Azerbaijão, que em uma manobra estratégica de flanco, pelo o Sul, conseguiram conquistar a cidade de Shusha, importantíssima do ponto de vista estratégico, uma vez que domina o corredor de Lachin, por onde os armênios abasteciam Nagorno-Karabakh com toda a sorte de suprimentos. Ao Norte, em terreno montanhoso e de progressão muito mais difícil, os ganhos territoriais azerbaijanos foram muito menores.

Foi uma vitória militar do Azerbaijão, sem dúvidas. Mas não uma vitória completa, visto que 2/3 do território de Nagorno-Karabakh permanecem sob controle da minoria armênia. Por alguma razão ainda não totalmente clara, os azerbaijanos não prosseguiram para a conquista da cidade de Stepankert, mais importante de toda a região, a apenas 11 quilômetros de Shusha. Certamente, esse prosseguimento estava no planejamento operacional, porque seria o natural objetivo para o aproveitamento do êxito decorrente da conquista de Shusha.

Especula-se que a derrubada acidental, pela artilharia antiaérea do Azerbaijão, de um helicóptero russo sobre território armênio, no mesmo dia da conquista de Shusha, com a morte da tripulação, tenha desencadeado uma resposta mais assertiva dos russos no sentido de que poderiam entrar ao lado da Armênia se o conflito não fosse imediatamente interrompido.

De qualquer forma, o Azerbaijão comemora uma vitória pelas armas, que resulta no retorno à sua soberania de áreas de seu território perdidas na guerra de 1991/94 e que, por quase trinta anos, tentou recuperar por vias diplomáticas, sem sucesso. Isso aconteceu, em grande parte, por uma conjunção de fatores.

O primeiro deles foi o apoio decisivo da Turquia, tanto em recursos materiais quanto diplomáticos. Além disso, suspeita-se do envio pelos turcos de combatentes, recrutados na Síria para lutar ao lado das tropas azeris.

O segundo aspecto foi a neutralidade russa. A Armênia sempre contou com o apoio russo, com quem possui um acordo militar de segurança mútua, para dissuadir o Azerbaijão de uma aventura militar. Entretanto, desde que o Primeiro-Ministro Nikol Pashinyan assumiu o governo da Armênia, em 2018, o país adotou uma postura pró-ocidente, de aproximação da Europa, que contrariou os interesses russos. A neutralidade foi uma maneira bastante clara de a Rússia manifestar sua insatisfação.

O terceiro aspecto foi a inação dos EUA e da Europa. Enquanto os norte-americanos estavam totalmente concentrados em seu processo político interno de eleições presidenciais, os europeus mantinham-se completamente incapazes de atuar como um bloco coeso e permaneceram hesitantes em intrometer-se em problemas na área de influência russa.



Dada a conjunção de fatores acima, o Azerbaijão se sentiu à vontade para atuar militarmente, colocando em prática a máxima clausewitzniana de que a guerra é a continuação da política por outros meios.

Mas essa guerra travada no Cáucaso serve de alerta para uma realidade que poderá ser observada em outras partes do mundo. A emergência de uma ordem global multipolar, ao mesmo tempo em que há um enfraquecimento dos organismos multilaterais, multiplica os riscos de conflitos. Novas potências globais ou mesmo potências regionais em ascensão passam a ter seus interesses político-ideológicos, militares e econômicos ampliados e encontram a liberdade para agir que antes lhes era negada pelos freios que eram impostos pelas potências hegemônicas ou pelos organismos internacionais.

[Conheça o curso Guerra na Ucrânia](#)



Assim, é possível se observar interesses dos EUA e da China colidirem na Ásia, na África e mesmo na América do Sul. Disputas também ocorrem entre turcos e russos no Cáucaso, na Síria e na Líbia. Diversos outros exemplos podem ser encontrados em outros locais, com outros atores, como na região da Caxemira, do Mar do Sul da China, Península da Coreia, Mar da China Oriental, Norte da África, Oriente Médio, Região do Magreb africano, Leste Europeu, Norte da América do Sul e Caribe, e Chifre da África, dentre outros.

Como se vê, a ordem multipolar que caracteriza o início do século 21 é notadamente mais instável e fomentadora de disputas. Por isso mesmo, ela exige o aperfeiçoamento de instâncias internacionais capazes de resolver pacificamente as controvérsias entre diferentes Estados e povos. No conflito de Nagorno-Karabakh tais instâncias falharam completamente.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)

OS PLANOS CHINESES PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de novembro de 2020

O Partido Comunista Chinês acaba de reunir seu Comitê Central em sessão plenária. Os principais objetivos foram avaliar os resultados alcançados ao término do período abrangido pelo 13º Plano Quinquenal (2016-2020) e discutir as propostas que constarão do 14º plano, para o período de 2021 a 2025, além de metas para um prazo mais longo, até 2035.

A análise do que foi divulgado até aqui ([comunicado oficial](#)) oferece uma boa pista de como os dirigentes do país asiático planejam suas ações para os próximos anos, além de indicar quais são suas expectativas em relação ao contexto internacional no qual a China estará inserida. Mais do que isso, a leitura atenta das entrelinhas do plano permite uma compreensão ainda melhor acerca do atual momento do regime comunista chinês.

A reunião mais uma vez ratificou o controle total que o Presidente Xi Jinping exerce sobre o partido e, conseqüentemente, sobre todo o governo chinês, sem qualquer margem para dissenso. Referências às suas estratégias, liderança, doutrina e política estão espalhadas por todo o documento, extravasando sua onipresença na vida política chinesa. Assim, parece que seu caminho para um terceiro mandato a partir de 2022 está praticamente assegurado.

Como era de se esperar, o comitê reconhece os avanços que ocorreram durante a vigência do 13º Plano. O país teria atingido o objetivo para 2020 de tornar-se “uma sociedade moderadamente próspera”. Espera-se que o país atinja, ao final deste ano, um PIB de 100 trilhões de yuans, o equivalente a 14,3 trilhões de dólares, um valor consideravelmente acima do

previsto inicialmente. De acordo com os dados oficiais do país, 55,75 milhões de pessoas teriam sido retiradas da pobreza, e 60 milhões de empregos urbanos teriam sido criados.

Mas o país – como todo o mundo – vive um momento desafiador. Em 2020, a economia chinesa deverá crescer por volta de 2%. Apesar de estar no azul, diferentemente da grande maioria dos países no ano da pandemia, é um crescimento bem menor do que o previsto, que estava na casa dos 6%.

E essa situação é reconhecida no documento, que atribui ao momento atual “profundas e complexas mudanças [...] em um ambiente internacional complexo, onde a instabilidade e a incerteza aumentaram significativamente.”

Para fazer face a essa conjuntura, o plano sugere algumas medidas que protejam o país de instabilidades externas, tais como o fortalecimento do mercado interno, ancorado pela previsão do aumento da classe média de 400 milhões de pessoas para cerca de 700 milhões em 2025. Ao mesmo tempo, enfatiza a necessidade de que o desenvolvimento do país se dê com base na inovação tecnológica autóctone, garantindo-se que o país seja autossuficiente em tecnologias-chave, como nas áreas de inteligência artificial, informação quântica, circuitos integrados e semicondutores, por exemplo, onde o gap tecnológico em relação aos EUA ainda não foi superado.

Mas o documento não indica que a China se voltará para si mesma. Pelo contrário, insiste na ideia de uma ampla abertura para o mundo exterior, com um modelo de cooperação em que todos os parceiros saiam ganhando, com ênfase na iniciativa One Belt, One Road.

No campo militar, o documento é incisivo na decisão de se acelerar o desenvolvimento de sistemas e materiais de emprego militar modernos e de tecnologia avançada. Prevê, para os próximos 5 anos, o início da operação do primeiro bombardeiro estratégico de longo alcance com tecnologia furtiva (stealth),

que os torna invisíveis aos radares, e do terceiro porta-aviões de fabricação própria, o primeiro com o moderno sistema de catapultas eletromagnéticas. A mecanização e modernização do exército é outro ponto destacado no plano, que lembra que em 2027 o Exército de Libertação Popular completará cem anos, data que deverá ser comemorada com o atingimento dos objetivos traçados para o centenário, quais sejam, os de ter a capacidade de defender a soberania chinesa no próprio território e no Pacífico ocidental, bem como defender os interesses crescentes do país no exterior. A reunificação total do território chinês e a estabilidade de Macau e Hong Kong, aspectos bastante sensíveis, também são objetivos a serem perseguidos no futuro demarcado pelo plano quinquenal.

É evidente que este tipo de documento deve ser lido com todas as cautelas, se o objetivo é uma análise isenta. Mas não há dúvidas que ele delinea, tanto pelo que está escrito, quanto por suas omissões, a mensagem que o Comitê Central do PCC deseja passar para o público interno do país e para os observadores externos. E a mensagem é a de uma liderança centralizada e unificada no Comitê Central, tendo Xi Jinping como figura central, firmemente decidida a implementar suas políticas e perseguir seus objetivos.

É possível que, em um futuro não muito distante, os objetivos chineses colidam de maneira irreconciliável com os de vizinhos ou de outras potências. Isso se dará em espaços geográficos claramente definidos, como o Mar do Sul da China, Hong Kong ou Taiwan, ou em disputas comerciais e tecnológicas, como é o caso que envolve a tecnologia de internet 5G. O lado chinês da disputa, como se vê, já tem uma estratégia claramente definida para enfrentar o futuro que os aguarda. Resta saber se os possíveis adversários ou concorrentes já traçaram as suas.

A FRANÇA EM LUTO

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de novembro de 2020

A morte do professor francês Samuel Paty, decapitado por Abdullakh Anzorov, refugiado de origem russa/chechena de 18 anos de idade, no último dia 16 de outubro, em Conflans-Sainte-Honorine, nas proximidades de Paris, chocou os franceses e a comunidade internacional. O assassino, morto pela polícia, deixou gravada em áudio a explicação do assassinato. O professor teria desrespeitado Maomé ao mostrar caricaturas (publicadas na revista *Charlie Hebdo*) do profeta aos seus alunos, em sala de aula.

O assassinato é apenas o mais recente de uma série de atentados terroristas na França, que se intensificaram a partir de 2012 e são feitos com alguma regularidade desde então, vitimando fatalmente até agora cerca de 260 pessoas. O ponto comum que une todos esses atentados é que eles foram perpetrados por terroristas que se apresentam como islâmicos.

As causas do terrorismo e a melhor maneira de evitá-lo estão em debate no país. A França é a nação da Europa ocidental que abriga a maior comunidade islâmica. São cerca de 6 milhões de pessoas, um pouco menos de 10% da população. Estima-se que metade desse contingente seja nascida na França ou naturalizada francesa. A integração desses cidadãos ao restante da sociedade francesa, que de maneira geral se orgulha do secularismo e da laicidade da República, não está ocorrendo de forma fácil.

Um exemplo do estranhamento é a polêmica que envolve a proibição do uso dos diversos tipos de véus islâmicos pelas mulheres. A pandemia, aliás, criou uma situação, no mínimo,

inusitada. Simultaneamente, duas normas vigoraram. A primeira, existente desde 2010, proíbe o uso de véu no metrô, enquanto a segunda, de maio deste ano, obriga ao uso de máscaras na utilização desse transporte público. É evidente que a aparente contradição entre as normas é explorada pela comunidade islâmica, que considera a proibição do véu uma demonstração de islamofobia.

As divergências quanto a como enfrentar o terrorismo são bem representadas pelo debate entre dois influentes pensadores, onipresentes na mídia daquele país: Gilles Kepel e Olivier Roy. Para o primeiro, a “radicalização do islã” seria o problema. Para o segundo, o que acontece é uma “islamização do radicalismo”. Assim, a depender do analista, a raiz do problema seria, sob o primeiro ponto de vista, o islã radical. Sob o segundo ponto de vista, a radicalização apresenta-se em setores da sociedade francesa.

Kepel tem defendido o ponto de vista de que nos bairros populares dos subúrbios de Paris e de outras cidades francesas se criou um ambiente em que escolas, creches, comércio, enfim, todo o espaço de convivência funciona conforme os costumes islâmicos. Nesse ambiente, jovens muçulmanos estariam expostos e acostumados a uma “atmosfera jihadista”, multiplicada e espalhada também pela internet. Assim, ao deparar-se com o laicismo do restante da sociedade francesa, haveria um choque cultural/religioso insuportável para os muçulmanos radicalizados, que partiriam para os atentados terroristas.

Já Roy entende que o problema tem origem diferente. Ele considera que a radicalização se dá em curto espaço de tempo, especialmente entre imigrantes de segunda geração, que moram sozinhos ou com os irmãos e amigos e geralmente têm um conhecimento muito superficial do islamismo. Nesse sentido, a islamização não seria a causa da radicalização, mas sim uma escolha feita por pessoas já radicalizadas. Diferentemente de Kepel, Roy enxerga não um ódio à sociedade ocidental, mas um ódio a qualquer sociedade. Ele traça um paralelo com o

atentado de Columbine, nos Estados Unidos, no qual não houve motivação religiosa, e lembra que há muitos ataques terroristas também nos próprios países islâmicos, como no Paquistão, no Afeganistão e até mesmo na Arábia Saudita. Destaca que a maioria dos terroristas espera morrer, ou no próprio ataque suicida ou em confronto com a polícia, imediatamente após o atentado. A motivação, portanto, seria simplesmente o ódio e a busca por uma estética narcisista da morte.

A reação francesa, vocalizada pelo presidente Emmanuel Macron, vai na direção de endurecer as medidas contra o que ele identifica como sendo um separatismo islâmico crescente no país. Além do reforço de ações na área de segurança, há um projeto de lei em preparação que buscará reforçar o laicismo e consolidar os princípios republicanos na França, aumentar o controle sobre o financiamento das mesquitas e proibir que os imãs se formem no exterior. O anúncio dessas medidas causou forte descontentamento na comunidade islâmica e severas críticas do presidente turco, Recep Erdogan, que declarou que Macron deveria passar por um “exame de saúde mental” pela forma como trata os muçulmanos.

É evidente que todo esse ambiente acirra as tensões sociais na França e serve de fermento para radicalismos de vários espectros ideológicos. A paz social está cada vez mais ameaçada e me parece que o primeiro objetivo para alcançá-la deveria ser o de se identificar corretamente as causas do problema.

PADACEME – 02/2017

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de novembro de 2020

Texto

Livro branco das forças armadas chinesas – 2019

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de novembro de 2020

Para ter acesso ao texto clique no link abaixo

[Link](#)

Íntegra do relatório do Pentágono sobre a China

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de novembro de 2020

[Visualizar arquivo PDF](#)

Texto

O combate aos ilícitos na faixa de fronteira

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de novembro de 2020

[Visualizar arquivo PDF](#)

A sociedade brasileira devota grande importância ao assunto segurança pública. Formadores de opinião, autoridades dos três Poderes da República (nos níveis federal, estadual e municipal), militares, policiais, além de cidadãos comuns são fortemente impactados pelo tema, tanto em razão de suas responsabilidades e atribuições funcionais, quanto pela sensação de insegurança vigente. Nesse contexto, a criminalidade urbana é a que mais repercute na sociedade, sendo, portanto, a que mais preocupa. A situação atual exige a adoção de medidas urgentes e eficazes que façam frente aos altos índices de violência, à presença de armas de grande calibre nas mãos de criminosos comuns, ao narcotráfico, à presença nacional de organizações criminosas e à situação carcerária caótica. As ações estatais que visam a coibir a criminalidade devem ocorrer em todo o território nacional. Entretanto, a faixa de fronteira ganha especial destaque, em razão de suas especificidades. Isso ocorre em decorrência da repercussão dos chamados ilícitos transfronteiriços sobre a criminalidade em geral. Delitos como o tráfico internacional de armas, de munições e de drogas cometidos nas fronteiras potencializam a violência dos grandes centros.

Por que os principais países do mundo estão investindo em suas forças blindadas

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de novembro de 2020

Texto

As notícias, a verdade e a guerra

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de novembro de 2020

Na guerra, a verdade é a primeira vítima.

Ésquilo

As notícias que nos chegam em tempo de guerra são quase sempre

Contraditórias; na maior parte das vezes, confusas. As mais numerosas

são, em grande parte, sofrivelmente suspeitas.

Clausewitz

Na cacofonia da guerra, separar informação de opinião, boato ou propaganda nunca foi uma tarefa fácil. Desde o pai da tragédia grega, Ésquilo, cinco séculos antes de Cristo, passando por Carl Von Clausewitz, magistral teórico da guerra do século 19, até os dias atuais, em que cada celular, nas mãos de cada indivíduo afetado pela tragédia dos combates,

transforma transeuntes comuns em uma fonte de informações, esta é uma realidade inegável.

Os mais recentes conflitos, transmitidos praticamente ao vivo pela internet, são somente a mais recente constatação desse fato. Tomemos por exemplo a guerra que ocorre neste exato momento na região de Nagorno-Karabakh, entre Azerbaijão e Armênia. A profusão de vídeos, relatos, análises e reportagens sobre o conflito, se interpretada literalmente, nada esclarece, muito pelo contrário, torna impossível o entendimento e a análise da guerra. Desinformação, análises equivocadas, ou simples mentiras se misturam a notícias verdadeiras e análises embasadas em argumentos sólidos.

Diferenciar umas das outras é uma tarefa árdua. Nesse sentido, são emblemáticos os vídeos de games populares, em que a artilharia antiaérea derruba aeronaves em sequências de cadências de tiros inacreditáveis e trajetórias de voo que desafiam as leis da física, espalhados pelas redes sociais como sendo cenas reais do campo de batalha.

Para se entender esse fenômeno com alguma propriedade, é necessário que se compreenda que aspectos culturais interferem na compreensão da construção das narrativas midiáticas e no jornalismo. E que a melhor ferramenta de que os leitores/ouvintes/espectadores dispõem é o desenvolvimento de um pensamento crítico capaz de refletir sobre as diferentes versões da realidade que se apresentam, de forma a analisá-las à luz de seus variados contextos socioculturais e históricos, suas intenções e objetivos, sejam estes ostensivos ou encobertos.

Seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentido. Toda ação social (aí incluída também a guerra, é claro) é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para os que a observam, não em si mesma, mas em razão dos muitos e variados sistemas interpretativos que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas, e

para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros. Estes sistemas ou códigos de significado dão sentido às ações humanas e nos permitem interpretar as ações alheias, constituindo, em conjunto, o que pode ser definido como sendo as nossas culturas[1].

Assim, é impossível analisar as notícias que nos chegam em tempo de guerra sem a compreensão da fundamental importância da cultura como mediadora dos relatos das partes envolvidas e mesmo dos observadores externos encarregados de sua cobertura midiática. Afinal, os fatos certamente serão relatados à luz de interpretações humanas, sujeitas a influências culturais das mais diversas ordens.

Além de considerar o aspecto cultural, é importante que se verifique o conceito de “narrativa dominante”, qual seja, a percepção majoritária da opinião-pública de uma sociedade imersa em um conflito, ou mesmo da comunidade internacional, ou das potências regionais ou extrarregionais que detêm a capacidade econômica ou militar de interferir nos destinos de um conflito armado. O controle dessa chamada narrativa dominante é objeto de permanente disputa pelas partes em conflito. Esse é um dado da realidade, amplamente documentado, presente na doutrina de emprego militar dos principais exércitos do mundo.

A importância do estudo da narrativa está na necessidade de se estabelecer a diferença entre as representações factuais e fictícias do mundo.

O jornalismo é – ou deveria ser – um exemplo de narrativa objetiva, onde se buscaria representar fielmente o real. Mas isso nem sempre é fácil, ainda mais quando se tem a tarefa de tentar relatar fielmente o que está acontecendo em uma guerra. Essa dificuldade, ou impossibilidade mesmo, de se representar os fatos fielmente, é explicada não só pela cultura, como abordamos acima, mas também pela sobreposição de três narradores, ou três vozes, na comunicação jornalística. A

primeira é a do veículo jornalístico, a segunda é a do jornalista e a terceira, da personagem. Esses três narradores vivem uma relação mais tensa do que harmônica e a força de cada um deles se refletirá na configuração final do que será publicado.[2]

No conflito ou na guerra, a disputa desses três narradores será também influenciada pela tentativa, pelas partes em conflito, de fazer sobrepujar sua narrativa. Assim, os exércitos em guerra buscam atuar sobre os três narradores da comunicação jornalística, de modo a influenciá-los. Mas não somente isso. Tentarão também atuar diretamente sobre a opinião pública, de forma ostensiva ou velada.

De uma perspectiva puramente militar, da lógica do conflito, essa é a coisa certa a se fazer, uma vez que a opinião pública nacional e internacional é decisiva para o resultado da guerra. Nesse sentido, o caso mais emblemático é o da Guerra do Vietnã, que poderia ter ser vencida até com alguma facilidade no campo militar, e foi perdida quando a opinião pública norte-americana se colocou em posição contrária à continuidade da guerra.

Na segunda Guerra do Golfo, em 2003, Muhammad Saeed al-Sahhaf era o Ministro da Informação do governo iraquiano. A ele cabia fazer prevalecer a narrativa de seu país sobre o andamento do conflito. Suas entrevistas eram tão descoladas da realidade que ele logo foi apelidado de “Comical Ali”. O exemplo caricato mostra o insucesso da estratégia. Mas na maioria das vezes o trabalho é bem feito e o público nem mesmo percebe que ele está ocorrendo, ainda mais nos tempos de mídias sociais, fake news e pós-verdades. Convido o leitor a fazer uma experiência. Acesse as informações sobre a guerra de Nagorno-Karabakh primeiro pelas fontes armênias, depois pelas azeris, e as compare. Tenho certeza de que parecerão dois conflitos diferentes. Outro exemplo pode ser o conflito de fronteira entre Índia e China, ocorrido recentemente. O resultado será o mesmo.

Assim, é essencial que o leitor/ouvinte/espectador externo, não diretamente envolvido no conflito, entenda que para além do conflito bélico, também há em curso, sempre, uma guerra de narrativas, na qual o seu coração e sua mente são o objetivo a ser conquistado.

Retornando-se à questão que abre este artigo, qual seria, então, a melhor ferramenta disponível para que o cidadão comum enfrente essa cacofonia informacional presente sempre que há um conflito?

O pensamento crítico parece ser a melhor ferramenta de que dispõe o público em geral para lidar com a desinformação, a dúvida, a orquestração, as versões contraditórias e as fakes news[3] que surgem da montanha de dados e informações que emergem dos conflitos.

Pensar criticamente significa avaliar atentamente argumentos feitos por outros e construir bons argumentos por si mesmo. Exige um certo grau de ceticismo e permanente contestação dos fatos apresentados. O leitor/ouvinte/espectador deve perguntar-se constantemente: de onde vem essa informação? Quem a produziu é capaz (tem conhecimento suficiente, tem acesso aos dados e informações) de informar tal fato? As evidências apresentadas permitem que se chegue à conclusão descrita? Qual é o interesse do produtor da informação, qual seu partido no conflito? A fonte é primária ou está apenas retransmitindo o que foi produzido por outros?

Mas reconheça-se que a tarefa é árdua, especialmente considerando-se a tal “pós-verdade”. A Universidade de Oxford a elegeu como a “palavra do ano” de 2016, definindo-a como algo “que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais”. A luta interior daquele que quer se aproximar da verdade também é contra suas próprias emoções e crenças pessoais. Há, portanto uma pergunta ainda mais difícil a se fazer: creio nessa

informação porque ela é verdadeira ou porque ela simplesmente reforça minhas crenças pessoais, preferências ou desejos?

Ésquilo e Clausewitz continuam a ter razão. A verdade é a primeira vítima da guerra. E para que o leitor/ouvinte/espectador não seja a segunda, só conheço uma ferramenta: o pensamento crítico.

[Se você considera o trabalho do blog relevante e valoriza as horas destinadas à pesquisa e produção deste texto, considere se tornar um apoiador, contribuindo como puder. Saiba como em \[www.paulofilho.net.br/apoieoblog\]\(http://www.paulofilho.net.br/apoieoblog\)](http://www.paulofilho.net.br/apoieoblog)

[1] A definição de cultura aqui apresentada é de Stuart Hall, no texto “A centralidade da cultura”.

[2] As três personagens aqui apresentadas foram definidas por Luiz Gonzaga Motta, na obra “Análise crítica da narrativa”.

[3] O termo fake news, ou notícia falsa, em português, é mais antigo do que aparenta. Segundo o dicionário Merriam-Webster, essa expressão é usada desde o final do século XIX. O termo se tornou popular em todo o mundo para denominar informações falsas que são publicadas, principalmente, em redes sociais.



MUDANÇAS NA GEOPOLÍTICA DO ORIENTE MÉDIO

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de novembro de 2020

Árabes e israelenses já foram à guerra várias vezes desde 1948, ano da criação de Israel. A recorrência dos conflitos armados e a chamada Questão Palestina mantiveram a rivalidade entre eles como a principal questão geopolítica do Oriente Médio na segunda metade do século 20 e no início deste século 21. Entretanto, acontecimentos recentes indicam que essa situação começa a mudar.

No intervalo de cerca de um mês, em acordos intermediados pelo governo norte-americano, que foram batizados de “Acordos de Abraão”, os governos de Israel, Emirados Árabes Unidos e Barein celebraram tratados de normalização das relações diplomáticas entre os dois países árabes e Israel. As duas nações juntaram-se, dessa forma, ao grupo que até então era composto por apenas outros dois países: Egito e Jordânia, como nações árabes que mantém relações diplomáticas normais com os israelenses.

É evidente que um acordo desse tipo pode ser comemorado, afinal, é mais uma oportunidade para a paz na região. Além da troca de embaixadores, da ativação de voos diretos e da intensificação das trocas comerciais, há vários outros campos onde pode haver oportunidades de integração com benefícios mútuos, como turismo, agricultura, ensino e pesquisa, cultura, tecnologia, telecomunicações e muitos outros.

Mas, nem todos compartilham dessa opinião. Os mais insatisfeitos são os palestinos, que consideraram o acordo uma traição à sua causa. O ministro das relações exteriores da Autoridade Palestina, Riad Malki, declarou que o acordo desconsiderava a decisão da Iniciativa Árabe para a Paz,

segundo a qual a normalização das relações árabe-israelenses somente seria aceitável em troca do retorno das fronteiras à situação anterior à Guerra dos Seis Dias, de 1967, ou seja, com a desocupação israelense dos territórios ocupados na Cisjordânia e com a capital da Palestina em Jerusalém Oriental.

O fato de a Liga Árabe ter se recusado a condenar os acordos também frustrou os palestinos, porque indica que outros países do Golfo Pérsico, como Omã, ou mesmo a Arábia Saudita, podem, no futuro, tomar o mesmo caminho. Aliás, é certo que os Emirados Árabes Unidos e o Barein só decidiram por aceitar o acordo com Israel por contarem com a anuência da Arábia Saudita, potência regional com muita influência sobre os governos de ambos os países.

O Irã também declarou forte contrariedade, chamando os Acordos de Abraão de “ato vergonhoso que permanecerá para sempre na memória dos palestinos e das nações livres do mundo”. Gigante regional não árabe, cuja maioria da população é persa, o Irã trava uma guerra por procuração contra a Arábia Saudita no Iêmen desde 2015, apoiando a milícia xiita Houthi contra o governo iemenita que, por sua vez, é apoiado pelos sauditas. Além disso, a assertividade iraniana na região, caracterizada pelo apoio ao governo xiita do Iraque, ao governo do Catar, ao grupo Hezbollah, no Líbano, ao governo de Bashar al Assad, na Síria, ao Hamas, na Faixa de Gaza, bem como à diversas milícias regionais xiitas, é motivo de desconfiança da parte dos sauditas, que veem sua posição de liderança no mundo árabe cada vez mais ameaçada.

Assim, fica claro que a disputa entre Arábia Saudita e Irã pela liderança regional contribuiu, com grande peso, para que os acordos acontecessem. Do ponto de vista dos sauditas, contar com o apoio político, militar e de inteligência, mesmo que velado, dos israelenses, pode ser decisivo.

Os israelenses, por sua vez, ao se aproximarem dos sauditas,

obtêm uma grande vitória geopolítica, pois tiram do centro do palco a questão palestina e empurram para a ribalta a rivalidade entre Irã e Arábia Saudita, que passa a ser considerada, pela comunidade internacional e, principalmente, pelos países da região, o principal problema de segurança do Oriente Médio.

Os palestinos sentiram imediatamente o enfraquecimento do apoio árabe à sua causa. A normalização das relações diplomáticas entre Israel, Emirados Árabes Unidos e Barein serviu de estímulo para que as duas facções palestinas rivais, o Fatah, que controla a Cisjordânia, e o Hamas, que controla a Faixa de Gaza, buscassem um entendimento. Em uma reunião realizada em Istambul, na Turquia, seus representantes decidiram realizar eleições nos territórios palestinos em um prazo de seis meses, para escolha do presidente da Autoridade Palestina, bem como dos integrantes do legislativo e do Comitê Central da Organização para a Libertação da Palestina. Trata-se de uma tentativa de se buscar o consenso no âmbito dos próprios palestinos, que depois de mais de uma década de disputas internas, veem sua causa enfraquecida.

O Oriente Médio passa por aceleradas transformações, com os atores regionais ganhando cada vez mais proeminência. O frágil equilíbrio geopolítico regional, construído com base nas linhas fronteiriças desenhadas pelas potências europeias, está sendo desafiado. Sua reconstrução, em bases diferentes, não será fácil.